



ANÁLISE DA CAPACIDADE FINANCEIRA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE COM BASE NOS BALANÇOS PATRIMONIAIS DE 2015 A 2018

Levy Ruanderson Ferreira da Silva¹

RESUMO

Analisar a capacidade pagamento do governo por intermédio de indicadores econômico-financeiro é condição essencial para apontar que o fornecimento de bens e serviços públicos estão sendo prestados com qualidade a população. Nesse sentido, o presente estudo tem por objetivo verificar através dos dados disponibilizados pela Controladoria Geral do Estado do Rio Grande do Norte por meio das demonstrações financeiras a capacidade de pagamento a curto e longo prazo no período de 2015 a 2018. A pesquisa é vinculada ao convênio entre a Escola de Governo Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales e FAPERN, de modo que nesse estudo foram apresentados dados preliminares, haja vista que a bolsa se encerra em agosto de 2020. De acordo com os resultados preliminares, o Estado apresenta resultado patrimonial e disponibilidades a longo prazo acima 1,00, todavia, possui 0,58 em valores disponíveis para cada 1,00 em obrigações a curto prazo, demonstrando a incapacidade em pagar despesas básicas, ou melhor, com folha de pessoal e aos fornecedores.

Palavras-chave: Balanço Patrimonial. Análise Financeira. Indicadores.

¹ Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Facex (2017).

Pós Graduando em Gestão Financeira e Controladoria pelo Centro Universitário Facex (2017)

Aluno Especial de Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2019)

Bolsista da Escola de Governo Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales



INTRODUÇÃO

A organização financeira dos Estados é condição essencial para o fornecimento contínuo de bens e serviços públicos de qualidade a sociedade (LIMA, DINIZ, 2016). Assim, compreender o desenvolvimento humano estar relacionado com processo de interação dos indivíduos com a economia local e na qualidade de vida da população, de modo que sejam acessíveis condições sociais, políticas e culturais fornecidas pelo Governo (MENDES, 2018). Dessa forma, qualificar o governo com capacidade financeira forte ou fraca é um indicativo de que às necessidades da comunidade estão sendo ou não atendidas (LIMA, DINIZ, 2016).

De acordo com Lima, 2016 as demonstrações financeiras elaboradas pelos entes governamentais servem de matéria prima para análise dos indicadores na contabilidade gerencial, haja vista que isoladas, essas evidências contábeis revelam-se insuficientes para o exercício das avaliações específicas (COSTA, 2018) de modo que alguns gestores da informação sintam dificuldade na compreensão, restringindo sua utilidade (TAVARES, 2018).

Nesse contexto, demonstra-se à necessidade das evidências simples e esquematizadas, de maneira que essas informações subsidie o agente público na tomada de decisão e acompanhamento da gestão financeira, patrimonial e orçamentária (COSTA, 2018).

Diante do exposto, surge o seguinte questionamento que provocou à pesquisa: Qual a capacidade de pagamento do Estado do Rio Grande do Norte com base nos balanços patrimoniais de 2015 a 2018?

Nesse sentido, em busca de responder este questionamento, será aplicado indicadores econômico-financeiro preconizado por meio da análise das demonstrações financeiras do Estado do Rio Grande do Norte, tendo em vista que por intermédio dos seus significados sejam empregados para acompanhamento e decisões gerenciais.

OBJETIVO GERAL

Verificar a capacidade pagamento a curto e longo prazo com intuito de compreender a condição financeira do governo do Estado do Rio Grande do Norte.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Apresentar os dados que determinam a capacidade de pagamento do Estado a curto e longo prazo

Analisar os balanços patrimoniais por meio dos indicadores financeiros

Avaliar a capacidade de pagamento do Estado do Rio Grande do Norte a partir dos dados disponibilizados

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



As funções da Contabilidade vão além de registrar simples fatos da administração (FERNANDES, 1999) essa ciência busca interpretar os fenômenos que afetam a situação orçamentária, financeira e patrimonial dos entes públicos, e por intermédio dos relatórios financeiros apurarem os resultados do gestor (SOARES, 2011).

É nesse contexto que a análise das demonstrações contábeis, decompondo-as em partes segmentadas, torna-se possível fornecer os subsídios para melhor interpretação e absorção das evidências, de modo que deseje formar uma ideia sobre o resultado da entidade em determinado período (SOARES, 2011). Dessa forma, faz-se necessário a utilização de técnicas para controle e análise.

2.2 BALANÇO PATRIMONIAL: INTERPRETAÇÃO E ANÁLISES

Balanço patrimonial é uma demonstração contábil que informa, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do ente federativo, por intermédio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação (Kohama, 2017, p. 290)

Nesse sentido, o balanço patrimonial é relatado no artigo 105 da Lei nº 4.320/64, que podem ser formado pelos seguintes grupos: i) ativo financeiro – compreende os bens, direitos e valores realizáveis independente de autorização orçamentária e dos valores numéricos; ii) ativo permanente – compreende os bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependem de autorização legislativa; do iii) passivo financeiro – que compreenderá as obrigações exigíveis cujo pagamento independe da autorização orçamentária; iv) passivo permanente – compreende a dívidas fundadas e outras que dependam da autorização legislativa para amortização ou resgate; e por fim v) as contas de compensação – são registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores.

Dessa forma, de acordo com Kohama (2017, p. 295) O Balanço Patrimonial possibilita a composição de seis indicadores de análise, conforme estão expressas no quadro 1 seguir:

Quadro 1 – Indicadores Financeiros Extraídos do Balanço Patrimonial Público

Indicador	Fórmula	Análise	Observação
Resultado Patrimonial do Exercício	$RPAE = (AR)/(PR)$	Obtendo-se valor maior 1 para este indicador, verifica-se que a soma dos bens e valores realizáveis é superior aos compromissos exigíveis, ou seja, superávit patrimonial	Onde: AR = Ativo Real; PR = Passivo Real
Situação Financeira de Curto Prazo	$SFCP = (AF)/(PF)$	Se o índice for maior que 1, verifica-se que haverá excesso de montante financeiro para abertura para	Onde: AF = Ativo Financeiro; PF = Passivo Financeiro



		cobertura de créditos, isto é, apuração dos bens realizáveis sobre as obrigações de curto prazo.	
Situação Financeira de Longo Prazo	$SFLP = (AP)/(PP)$	Esse quociente demonstra a proporção da relação entre o ativo e passivo permanente, de modo que se for maior que 1 haverá bens e créditos para quitação de exigíveis em longo prazo.	Onde: AP = Ativo Permanente; PP = Passivo Permanente
Limite de Endividamento 1	$LE1 = (DF)/(RLR)$	Corresponde aos compromissos de exigibilidade com prazo superior a doze meses. Quanto menor melhor.	Onde: DF = Dívida Fundada; RLR = Receita Líquida Real
Dispêndio da Dívida	$DD = (AM+EN)/(RLR)$	Representa, a posteriori, o nível de amortizações mais os juros e encargos da dívida representam em proporção a receita líquida real	Onde: AM = Amortização; EN = Encargos; RLR = Receita Líquida Real
Limite de Endividamento 2	$LE2 = (OC)/(RLR)$	Se a soma for maior que 1, indica que a soma das operações de crédito foi maior que a receita líquida real.	Onde: OC = Operações de Crédito; RLR = Receita Líquida Real

Elaborado pelo autor (2019); Fonte: Kohama (2017)

2.3 ESTUDOS ANTERIORES

Com o avanço dos estudos na contabilidade pública, percebe-se que pesquisas destinadas a analisar capacidade financeira dos entes federativos por meio das demonstrações financeiras cresceram bastante. O quadro 1 apresenta um breve relato dos trabalhos desenvolvidos no Brasil relacionados ao assunto deste estudo.

Quadro 2 – Estrutura dos estudos recentes sobre análise financeira

Título	Autores/Ano	Proposta e Principais resultados
--------	-------------	----------------------------------



A condição financeira governamental e sua influência na transparência da gestão pública municipal	Nobre (2017)	O estudo teve como objetivo verificar a relação entre a condição financeira e o nível de transparência fiscal dos municípios paraibanos. A pesquisa constatou que a condição financeira e a multa são fatores determinantes da transparência.
Análise dos condicionadores de Recursos próprios dos municípios Brasileiros	De Araújo (2016)	O objetivo desta pesquisa consistiu em identificar e verificar a influência dos condicionadores de recursos próprios dos governos locais na receita própria municipal. Ficou evidenciado que as variáveis do ambiente econômico são importantes condicionadores dos recursos próprios do governo local.
Desempenho fiscal da dívida dos grandes municípios Brasileiros	Lima (2011)	O estudo buscou avaliar o desempenho fiscal da dívida dos grandes Municípios Brasileiros, tendo como foco o nível de endividamento segundo os recursos potenciais desses governos locais e das restrições orçamentárias instituídas pela LRF.
Análise das demonstrações contábeis no setor público: Avaliação de indicadores financeiros e de Solvência	Costa (2018)	O trabalho teve como objetivo realizar uma análise dos principais indicadores econômicos e financeiros utilizados na análise das demonstrações contábeis aplicada ao setor público.

Elaborado pelo autor (2019)

3 METODOLOGIA

A ciência caracteriza-se pelo o uso de métodos científicos, ou seja, o emprego de característica que comprova a realidade sobre um fato Lakatos (2009, p. 45).

Para essa pesquisa, foram utilizados dados da Controladoria Geral do Estado do Rio Grande do Norte disponibilizados por meio do portal (www.control.rn.gov.br/) observando os balanços dos anos de 2015 a 2018. A pesquisa ainda encontra-se em estágio de levantamento dos dados, tendo em vista que esse projeto está vinculado à bolsa de pesquisa do convênio entre a Escola de Governo Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales e FAPERN. Sendo assim, os resultados consolidados dos indicadores serão demonstrados ao final do projeto.

3.1 RESULTADOS PRELIMINARES



Após o levantamento dos dados, já é possível mensurar os indicadores proposto por Kohama, 2017, p. 295, conforme abaixo:

De acordo com os dados preliminares, a tabela 1 apresenta valores do Balanço Patrimonial Público do Estado do Rio Grande do Norte no período compreendido entre 2015 a 2018 que servirão como objeto de análise da presente pesquisa.

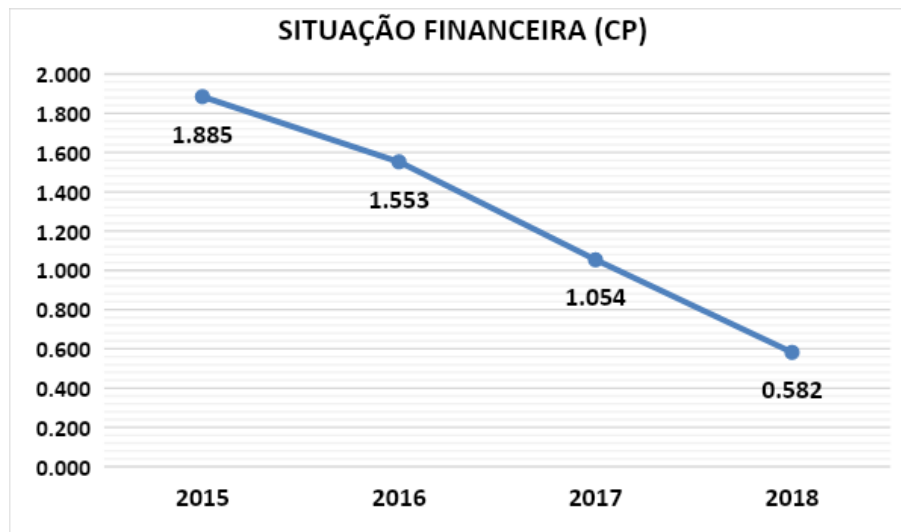
Tabela 1 – Dados referente ao Balanço Patrimonial dos anos de 2015 a 2018

	2018	2017	2016	2015
Ativo Financeiro	R\$ 1.544.044.073,17	R\$ 2.106.188.180,94	R\$ 2.057.635.430,40	R\$ 1.478.457.709,14
Ativo Permanente	R\$ 13.273.980.343,73	R\$ 11.700.211.339,33	R\$ 10.260.811.777,46	R\$ 9.386.482.899,65
TOTAL ATIVO	R\$ 14.818.024.416,90	R\$ 13.806.399.520,27	R\$ 12.318.447.207,86	R\$ 10.864.940.608,79
Passivo Financeiro	R\$ 2.652.882.177,84	R\$ 1.999.077.266,35	R\$ 1.325.295.073,36	R\$ 784.449.010,18
Passivo Permanente	R\$ 4.427.988.276,51	R\$ 2.871.459.719,08	R\$ 2.495.769.477,70	R\$ 1.992.161.570,91
TOTAL PASSIVO	R\$ 7.080.870.454,35	R\$ 4.870.536.985,43	R\$ 3.821.064.551,06	R\$ 2.776.610.581,09

Elaborado pelo autor (2019); Fonte: Seplan/RN

A partir dos dados, foi analisada a situação financeira a curto e em longo prazo, como também o resultado patrimonial dos exercícios de 2015 a 2018. O gráfico 1 abaixo, demonstra a capacidade de pagamento do Estado do Rio Grande do Norte a curto prazo, ou seja, a informação financeira em CP.

Gráfico 1 – Situação Financeira do Estado em Curto Prazo

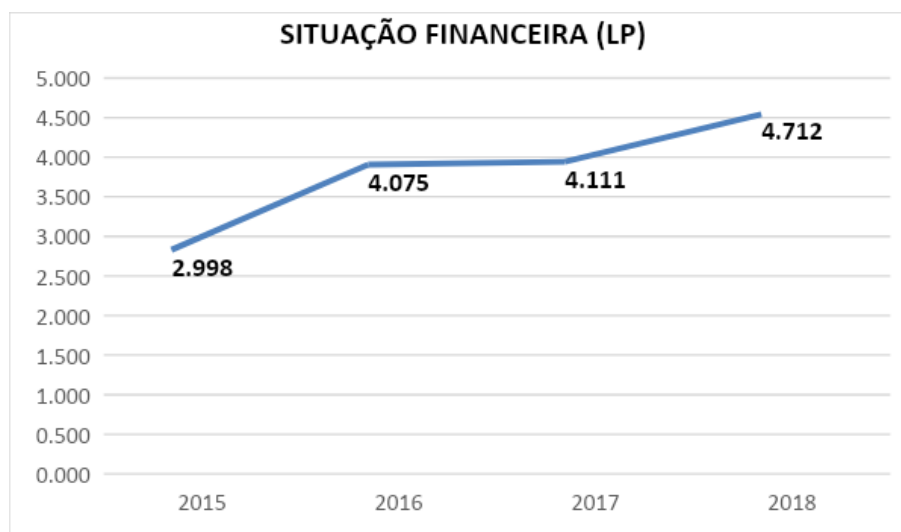


Elaborado pelo autor (2019), Kohama (2017, p. 296)

Interpretação e Análise Básica: Quanto maior melhor. Os dados demonstram que a liquidez do financeiro do Estado decresceu, ou seja, passando de 1,88 para 0,58. Isso significa que em 31/12/2015 o governo detinha de R\$ 1,88 de disponíveis em curto prazo para cada R\$ 1,00 de dívidas e exigibilidades também em curto prazo. Ao longo dos anos, percebe uma piora no índice, indicando ao final de 2018 que o Estado possui R\$ 0,58 para quitar suas obrigações de curto prazo.

No gráfico 2 abaixo, está demonstrado a capacidade de pagamento do governo do Rio Grande do Norte em longo prazo, ou melhor, as exigibilidades e disponibilidades no período acima de doze meses.

Gráfico 2 – Situação Financeira do Estado em Longo Prazo



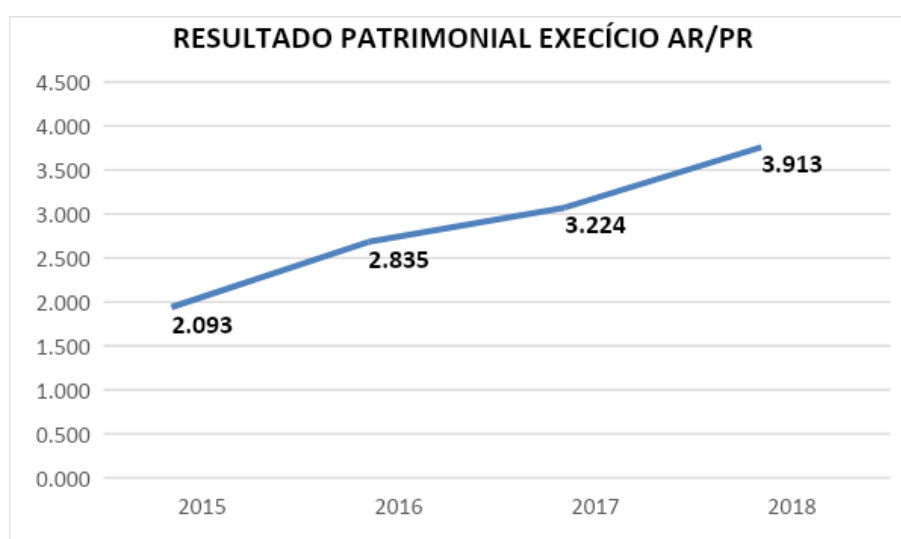
Elaborado pelo autor (2019); Kohama (2017, p. 297)



Interpretação e Análise Básica: Quanto maior melhor. Os resultados deste quociente indicam a proporção da relação entre ativo permanente e do passivo permanente. O resultado entre 2015 a 2018 apresenta evolução de 2,99 para 4,71 da capacidade de pagamento do Estado, isto é, o endividamento é inferior à soma dos bens e valores em longo prazo.

O próximo gráfico demonstra a evolução do resultado patrimonial, tendo em vista que a avaliação a seguir remete-se os valores do ativo real em razão do passivo real.

Gráfico 3 – Resultado Patrimonial do Exercício do Estado



Elaborado pelo autor (2019); Kohama (2017, p.297)

Interpretação e Análise Básica: Quanto maior melhor. O gráfico acima indica evolução na soma dos bens, créditos e valores realizáveis são superiores aos compromissos exigíveis ao longo dos 4 anos. Esse aumento deve ser levado em consideração principalmente devido à proporção do ativo permanente sobre o passivo permanente, haja vista que a situação financeira em curto prazo sofre sucessivas quedas.

A tabela 2 demonstra uma estatística descritiva dos indicadores expressos por Kohama, 2017, p.196 no período compreendido entre 2015 a 2018.

Tabela 2 – Estatística Descritiva dos Indicadores proposto por Kohama

Indicador	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Situação Financeira (CP)	1,268225108	0,494433036	0,582025122	1,884708490
Situação Financeira (LP)	3,973847728	0,617710291	2,997745142	4,711707643
Resultado Patrimonial	3,016052478	0,658261348	2,092684016	3,913022835

Elaborado pelo autor (2019); Kohama (2017)



Conforme demonstrado na tabela acima, o Estado do Rio Grande do Norte possui em média capacidade de pagamento a curto de 1,26 para cada 1,00 em dívidas de curto prazo. Todavia, no ano de 2018 a capacidade de pagamento esteve com índice de 0,58 para cada 1,00, demonstrando que as obrigações de curto prazo aumentaram em razão do ativo financeiro.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E CONCLUSÃO

Analisar a capacidade de pagamento do ente público é importante para compreender a manutenção dos serviços que estão sendo prestados a sociedade, como também a implantação de políticas públicas. Nesse contexto, o presente estudo buscou verificar a condição de pagamento do Estado do Rio Grande do Norte ao curto prazo, num período compreendido a doze meses e a longo prazo, ou seja, após doze meses.

O estudo ainda está em processo de consolidação, pois, a pesquisa está vinculada a bolsa de pesquisa da FAPERN que conclui-se no mês de agosto de 2020. No entanto, com dados preliminares é possível compreender que o Estado está abaixo das condições de pagamento em curto prazo proposta pelos indicadores financeiros, tendo em vista que no ano de 2018 para R\$ 1,00 (um real) em bens e direitos transformados em caixa, o governo do Rio Grande do Norte possui 0,58 para quitar suas obrigações de terceiros em curto prazo. Dessa forma, sugere-se, a transformação dos bens e direitos permanentes em solvência a curto prazo, de modo que haja recursos para quitação das despesas de custeio e folha de pessoal.



REFERÊNCIAS

COSTA, Claudivan da Silva. *Análise das demonstrações contábeis no setor público—avaliação de indicadores financeiros e de solvência*. **Contabilidade Pública-Unisul Virtual**, 2018.

DE ARAÚJO, Ronaldo José Rêgo et al. ANÁLISE DOS CONDICIONADORES DE RECURSOS PRÓPRIOS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS.

FERNANDES, Pedro Onofre. *Análise de balanços no setor público*. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 7, n. 2, p. 03-10, 1996.

LIMA, Severino Cesário de. *Desempenho fiscal da dívida dos grandes municípios brasileiros*. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

LIMA, Severino Cesário; DINIZ, Josedilton Alves. *Contabilidade Pública: análise financeira governamental*. São Paulo: Atlas, 2016.

MENDES, Wesley de Almeida et al. *A influência da capacidade econômica e da formação de receitas públicas no desenvolvimento humano*. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 5, p. 918-934, 2018.

NOBRE, Carla Janaina Ferreira et al. *A condição financeira governamental e sua influência na transparência da gestão pública municipal*. 2017.

SOARES, Maurélio et al. *O emprego da análise de balanços e métodos estatísticos na área pública: o ranking de gestão dos municípios catarinenses*. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 45, n. 5, p. 1425-1443, 2011.

TAVARES, Fernanda Beatryz Rolim; TAVARES, Marcella Braga. *Gestão pública: Análise de Indicadores Econômico-Financeiros no Desempenho Municipal*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso.



ANEXO

TERMO DE COMPROMISSO DE APRESENTAÇÃO
13º Congresso de Gestão Pública do Rio Grande do Norte

“Comprometo-me, caso meu Trabalho seja aprovado pelo Comitê Científico, a comparecer ou nomear um representante para sua apresentação, no dia e hora previamente comunicados.

Autorizo a publicação do material utilizado em minha apresentação no site do evento, assim como o uso de sons e imagens. Autorizo também o recebimento de mensagens SMS através de meu celular com informações relativas ao meu trabalho científico e minha participação no congresso.”

Levy Ruanderson Ferreira da Silva

Levy Ruanderson Ferreira da Silva